ACESSIBILIDADE LINGUÍSTICA NA FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA: UM PANORAMA NACIONAL SOBRE A OFERTA DE LIBRAS

Fernanda Karolina Dias[1], Márcio Daniel Nicodemos Ramos[1].

[1]Faculdade de Ciência Sociais Aplicadas do Sul de Minas Gerais, Avenida Presidente Tancredo de Almeida Neves, 45, Bairro São judas Tadeu - 37504-066 - Itajubá-MG, Brasil, diasfernandakarolina@gmail.com, marciodanielnicodemosramos@gmail.com

Resumo
A acessibilidade linguística constitui elemento essencial para a garantia dos direitos das pessoas surdas e para a qualidade do atendimento psicológico a essa população. O Decreto nº 5.626/2005 estabelece a obrigatoriedade da oferta de Libras nas grades curriculares dos cursos superiores, ainda que na modalidade optativa para bacharelados como a Psicologia. Este trabalho teve como objetivo mapear a presença da disciplina de Libras nos cursos de Psicologia no Brasil, analisando sua distribuição por modalidade de curso e por estado brasileiro. Foi realizado um levantamento referente ao tipo de curso (bacharelado ou licenciatura), à presença de Libras na grade curricular e à quantidade de cursos ofertados em cada unidade federativa. Os resultados evidenciaram que a maioria dos cursos oferece Libras, ainda que de forma optativa, havendo parcela que não a contempla, configurando lacuna frente à legislação vigente, além de concentração expressiva de cursos nas regiões Sudeste e Sul. Conclui-se que, mesmo optativo, o contato com a Libras durante a graduação representa passo inicial relevante para uma prática clínica ética, inclusiva e culturalmente sensível.
Palavras-chave: Acessibilidade linguística. Libras. Psicologia. Pessoa Surda. Formação profissional.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas. Psicologia.

Introdução

A acessibilidade linguística constitui um aspecto fundamental para a garantia dos direitos das pessoas surdas e para sua participação plena nos diferentes espaços sociais. A Língua Brasileira de Sinais (Libras) foi reconhecida como meio legal de comunicação e expressão pela Lei nº 10.436/2002, regulamentada pelo Decreto nº 5.626/2005, marco que resultou da mobilização histórica das comunidades surdas brasileiras e de suas organizações representativas (Rocha; Campello, 2025). Esse reconhecimento impulsionou a inserção da Libras nos currículos de ensino superior, sobretudo nas licenciaturas, mas sua presença nos demais cursos, incluindo a Psicologia, permanece variável entre instituições (Giroto et al., 2016). No âmbito dos serviços de saúde, tal acessibilidade assume relevância internacionalmente reconhecida. A literatura internacional aponta que a ausência de fluência em língua de sinais por parte de profissionais de saúde mental compromete a qualidade do vínculo terapêutico e a confiança entre paciente e terapeuta, sendo recorrente a necessidade de mediação por intérpretes especializados, o que introduz uma terceira parte na relação clássica entre terapeuta e paciente e levanta questões específicas de confiança e nuance comunicativa (Gould; Clark-Howard, 2025). Revisões sistemáticas recentes sobre terapias de saúde mental voltadas a pessoas surdas identificam barreiras de acesso recorrentes nas perspectivas do cliente surdo, do profissional e do intérprete, com destaque para dificuldades relacionadas à compreensão de terminologia técnica e à confiança nos serviços (Bridgman et al., 2021). No Brasil, essa mesma barreira comunicacional é discutida em relação à Psicologia, sobretudo no que se refere à formação profissional para o atendimento à população surda: barreiras linguísticas podem comprometer tanto o acesso quanto a qualidade da assistência psicológica, sendo recorrente a necessidade de intermediação por intérpretes, o que pode gerar interferências éticas e terapêuticas na relação entre profissional e paciente (Ferreira Junior; Bezerra; Alves, 2021).

Na Psicologia, o processo psicoterapêutico depende diretamente da comunicação fluente para a expressão de sentimentos, a compreensão de experiências subjetivas e a construção do vínculo terapêutico (Jorge; Pizato; Rodrigues, 2022). A formação em Libras integrada à graduação em Psicologia é, nesse sentido, apontada como uma necessidade ainda pouco atendida nos currículos, com impacto direto sobre a preparação dos futuros profissionais para o atendimento à população surda

(Ferreira Junior; Bezerra; Alves, 2021). Iniciativas pontuais de ensino de Libras voltadas a estudantes da área da saúde têm sido relatadas como forma de suprir essa lacuna formativa, ainda que de maneira localizada e não sistematizada nos currículos (Costa et al., 2023). Mesmo quando presente, a disciplina de Libras nos cursos de Psicologia costuma ser ofertada em caráter optativo e com carga horária reduzida, o que tende a proporcionar apenas um conhecimento superficial da língua, insuficiente para uma atuação profissional segura. Essa variação na forma de oferta - disciplina obrigatória, optativa ou ausente da matriz curricular, com diferentes cargas horárias e períodos de oferta - ainda carece de mapeamento sistemático em escala nacional.

Diante desse contexto, o presente estudo teve como objetivo realizar um levantamento documental das universidades brasileiras que oferecem cursos de graduação em Psicologia, analisando a presença da disciplina de Libras em suas matrizes curriculares. A investigação busca, assim, contribuir para a compreensão do cenário atual da formação em Libras na Psicologia e para a discussão sobre a preparação dos futuros profissionais para uma atuação que considere a acessibilidade linguística da população surda.

Metodologia

Trata-se de um estudo documental, de caráter exploratório-descritivo e abordagem quantitativa, que teve como objetivo mapear a presença da disciplina de Libras nas matrizes curriculares de cursos de graduação em Psicologia no Brasil (Gil, 2017). Foram consideradas universidades brasileiras (excluindo-se faculdades isoladas e centros universitários) que oferecem o curso de Psicologia na modalidade bacharelado, em situação de atividade regular junto ao Ministério da Educação (MEC). A opção por universidades justificou-se pelo interesse em analisar instituições de maior estrutura acadêmica e maior número de estudantes matriculados, compondo uma população mais homogênea para fins de comparação (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [INEP], 2024).

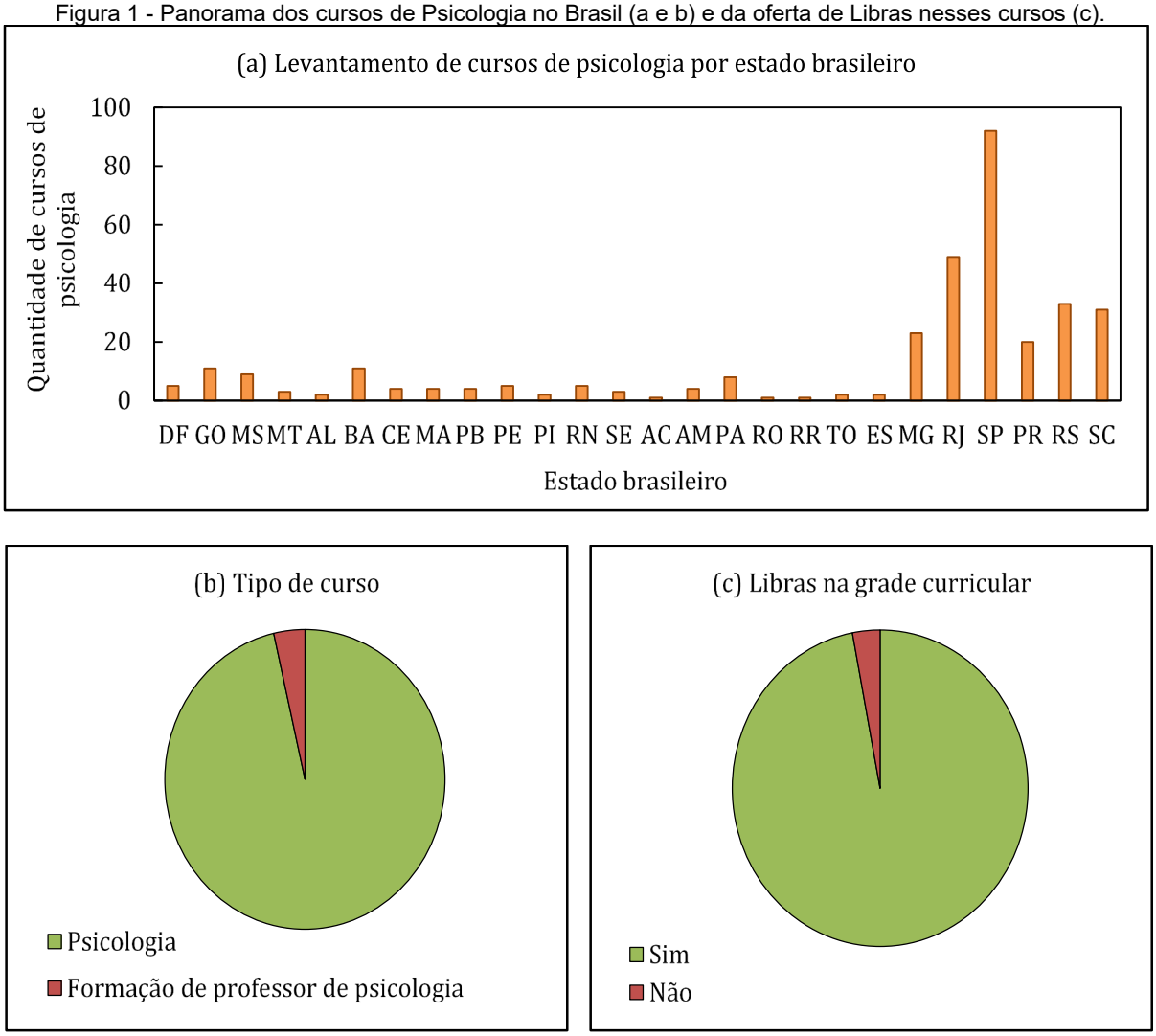
Foram incluídas na análise todas as instituições de ensino que ofertam o curso de Psicologia, contemplando diferentes campi e habitações (bacharelado e licenciatura) quando ofertados pela mesma instituição. Os dados foram coletados a partir do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior/e-MEC (Ministério da Educação [MEC], 2022) e dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) disponibilizados publicamente pelas instituições, através de um instrumento de pesquisa desenvolvida para o trabalho. Para cada curso identificado, verificou-se a presença do termo "Libras" no documento curricular. Os dados foram organizados em planilha eletrônica e submetidos a análise estatística descritiva e a análises de associação entre a presença/ausência de Libras e as variáveis institucionais (INEP, [s.d.]).

Por se tratar de levantamento documental de dados públicos, disponibilizados institucionalmente e sem envolvimento direto de sujeitos de pesquisa, o estudo dispensou submissão a Comitê de Ética em Pesquisa, conforme a Resolução CNS nº 510/2016, que trata de pesquisas em Ciências Humanas e Sociais com uso de dados de domínio público (Brasil, 2016).

Resultados

A Figura 1a apresenta a distribuição quantitativa dos cursos de Psicologia entre os estados brasileiros. Observa-se uma concentração mais expressiva desses cursos no estado de São Paulo em comparação aos demais estados. Esse resultado evidencia uma distribuição heterogênea da oferta de formação em Psicologia no território nacional, com maior concentração em determinadas unidades federativas. Em relação ao grau acadêmico (Figura 1b), observa-se que a grande maioria dos cursos de Psicologia identificados corresponde à modalidade de bacharelado. Essa predominância indica que a formação em Psicologia no Brasil está majoritariamente estruturada nessa modalidade, enquanto outras formas de oferta apresentam menor representatividade no conjunto analisado. Quanto à presença da disciplina de Libras na matriz curricular (Figura 1c), observa-se que a maioria dos cursos de Psicologia analisados apresenta essa disciplina em sua grade curricular, principalmente de forma optativa. Esse resultado demonstra uma ampla inserção de conteúdos básicos relacionados à Libras na formação acadêmica em Psicologia, indicando a preocupação inicial dos cursos em contemplar aspectos relacionados à comunicação e à acessibilidade no processo formativo.

Figura 1 - Panorama dos cursos de Psicologia no Brasil (a e b) e da oferta de Libras nesses cursos (c).



Discussão

Inicialmente, conforme Figura 1a, verifica-se uma concentração expressiva de cursos de Psicologia nos estados da região Sudeste, com destaque para São Paulo, que isoladamente supera a soma de diversos estados das regiões Norte e Centro-Oeste, enquanto unidades federativas como AC, AM, RR, RO, TO e AP apresentam número extremamente reduzido de cursos ofertados. A predominância de São Paulo observada no presente estudo corrobora resultados descritos na literatura. Em levantamento realizado com dados do Ministério da Educação, São Paulo já concentrava a maior proporção dos cursos de Psicologia no país, representando 26,26% dos 396 cursos identificados (Lisboa; Barbosa, 2009). Mais recentemente, um mapeamento nacional das matrizes curriculares identificou 925 cursos ativos e novamente apontou São Paulo como o estado com maior número de instituições, com 171 cursos (Bado et al., 2025). Um levantamento comparativo entre os dados de 2007 e 2016 reforça essa tendência que, embora São Paulo tenha registrado crescimento no número absoluto de cursos, sua participação percentual no total nacional caiu de 26,26% para 22,68% no período, evidenciando que a expansão da Psicologia favoreceu de forma mais acentuada outras regiões, ainda que sem reverter a concentração histórica no Sudeste (Dantas; Seixas; Yamamoto, 2019). Esses resultados sugerem que, apesar da expressiva expansão da formação em Psicologia no Brasil, a distribuição dos cursos permanece heterogênea entre as unidades federativas.

A análise da Figura 1b revela que a maioria dos cursos levantados corresponde à modalidade bacharelado em Psicologia, com uma parcela reduzida referente à licenciatura (formação de professor de psicologia). Essa distinção é relevante porque impacta diretamente a obrigatoriedade, ou não, da disciplina de Libras na grade curricular. O Decreto nº 5.626/2005, em seu Art. 3º, §2º, estabelece que a Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória apenas nos cursos de licenciatura e no curso de Fonoaudiologia, sendo optativa em todos os demais cursos de graduação, incluindo o bacharelado em Psicologia. Ainda assim, mesmo como disciplina optativa, a legislação exige que essa opção esteja disponível ao aluno. Essa exigência é, inclusive, fiscalizada pelos processos avaliativos do Inep. O instrumento de avaliação verifica, nos processos de autorização e reconhecimento de curso, se o PPC (Projeto Pedagógico de Curso) prevê a inserção de Libras na estrutura curricular (ABMES, 2012). Assim, fora das licenciaturas e da Fonoaudiologia, que possuem Libras obrigatória, todos os demais bacharelados, incluindo Psicologia, enquadram-se na condição de oferta optativa (ABMES, 2012).

É justamente por essa exigência legal que os dados da Figura 1c ganham relevância. Ainda que pequena, a parcela de cursos que não oferece Libras na grade curricular (nem mesmo como optativa) representa uma lacuna formal em relação ao que determina o Decreto nº 5.626/2005. Trata-se de um dado preocupante, pois evidencia que, mesmo diante de um arcabouço legal já consolidado há quase duas décadas e sujeito à fiscalização do Inep, uma parte das instituições formadoras de psicólogos no Brasil ainda não garante ao aluno sequer a possibilidade de contato formal com a língua de sinais durante sua formação. Esse cenário é corroborado por estudo que analisou 46 cursos de graduação de uma mesma instituição pública, constatando que apenas quatro atendiam à legislação quanto à oferta da disciplina de Libras, o que reforça que a variabilidade na oferta não se limita a diferenças regionais amplas entre estados, mas ocorre mesmo dentro de uma única instituição de ensino (Giroto et al., 2016).

Nesse cenário, o papel do intérprete de Libras (TILSP) merece destaque. Quando presente na sessão, o intérprete não atua apenas como mediador linguístico, mas assume uma posição ética delicada dentro do que a literatura denomina "tríade terapêutica" psicólogo, paciente surdo e intérprete, sendo corresponsável pela confidencialidade, pela fidelidade da tradução e pela preservação do vínculo entre as partes (Gould; Clark-Howard, 2025). A literatura aponta que a ausência dessa aproximação formativa compromete diretamente a prática ética e empática exigida pela profissão, uma vez que o cuidado psicológico ao sujeito surdo depende, em grande medida, da sensibilidade cultural e linguística do profissional (Thiesen; Nunes, 2025). Reforça - se que essa inclusão não pode se restringir ao plano legal, exigindo uma transformação cultural efetiva por parte das instituições formadoras de psicólogos (Aguiar; Cordeiro, 2021).

Conclusão

Os dados levantados neste estudo reforçam que a fluência em Libras ou, ao menos, o contato inicial com a língua durante a graduação, constitui um elemento central para a qualidade do atendimento psicológico oferecido à pessoa surda. A comunicação direta entre psicólogo e paciente, sem a mediação de terceiros, tende a favorecer maior espontaneidade, menor ruído comunicativo e vínculo terapêutico mais consistente. Ainda que a presença da disciplina de Libras na grade curricular da maioria dos cursos analisados se dê de forma optativa e, portanto, não obrigatória, esse contato, por mais reduzido que seja, já representa um primeiro passo relevante para a disseminação do conhecimento sobre a língua e a cultura surda entre futuros psicólogos. Nesse cenário, o papel do intérprete de Libras (TILSP) merece destaque. Quando presente na sessão, o intérprete não atua apenas como mediador linguístico, mas assume uma posição ética delicada dentro do que a literatura denomina "tríade terapêutica" psicólogo, paciente surdo e intérprete, sendo corresponsável pela confidencialidade, pela fidelidade da tradução e pela preservação do vínculo entre as partes. A introdução dessa terceira figura na relação clássica entre terapeuta e paciente levanta questionamentos específicos sobre confiança, espontaneidade e nuance comunicativa, temas explorados por diferentes profissionais que atuam mediados por intérprete. Assim, mais do que uma solução técnica, a presença do intérprete demanda formação ética e cultural própria, que deveria dialogar com a formação do próprio psicólogo. Dessa forma, este trabalho pretende servir como ponto de partida para pesquisas futuras que aprofundem a relação entre formação acadêmica, acessibilidade linguística e qualidade do cuidado psicológico oferecido às pessoas surdas no Brasil.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MANTENEDORAS DE ENSINO SUPERIOR (ABMES). Censo da Educação Superior 2012. Brasília: ABMES, 2013. Disponível em: https://abmes.org.br/public/documentos/detalhe/273/censo-da-educacao-superior-2012. Acesso em: 1 set. 2026.

AGUIAR, K. G. M.; CORDEIRO, E. C. R. Acessibilidade do surdo ao atendimento psicológico na saúde mental. Revista Saúde Coletiva, [S. l.], v. 11, n. 64, p. 1-10, 2021.

BADO, P. P. et al. Graduación en Psicología en Brasil: mapeo nacional de las matrices curriculares. Psicologia: Ciência e Profissão, [S. l.], v. 45, n. spe1, p. 66-, 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-3703003298124.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf/view. Acesso em: 1 set. 2026.

BRIDGMAN, G. et al. Mental health experiences of Deaf in New Zealand: interviews with twelve Deaf with mental illness. [S. l.: s. n.], 2021.

COSTA, Artur Moraes da et al. Inclusão e educação bilíngue de surdos: pontos de convergência e divergência. Revista Foco, [S. l.], v. 16, n. 12, 2023.

DANTAS, F. H.; SEIXAS, P. de S.; YAMAMOTO, O. H. A formação em Psicologia no contexto da democratização do ensino superior no Brasil. Estudos Interdisciplinares em Psicologia, Londrina, v. 10, n. 3, p. 76-96, dez. 2019.

FERREIRA JUNIOR, Jesaías Leite; BEZERRA, Henrique Jorge Simões; ALVES, Edneia de Oliveira. Atendimento psicológico à pessoa surda por meio da Libras no Brasil: uma revisão de literatura. Psicol. clin., Rio de Janeiro, v. 33, n. 3, p. 537-556, dez. 2021. DOI: https://doi.org/10.33208/PC1980-5438v0033n03A08. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652021000300009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 25 ago. 2026.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GIROTO, C. R. M. et al. Inserção da disciplina Libras no ensino superior. Journal of Research in Special Educational Needs, [S. l.], 2016.

GOULD, J.; CLARK-HOWARD, K. A qualitative synthesis of literature on mental health therapies for deaf and hard-of-hearing people from multiple perspectives: the deaf client, the mental health practitioner and the sign language interpreter. Counselling Psychology Quarterly, [S. l.], 2025. Publicação eletrônica antecipada.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Microdados do Censo da Educação Superior. Brasília: INEP, [s.d.]. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-da-educacao-superior. Acesso em: 1 set. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2024. Brasília: INEP, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_superior/resumo_tecnico_do_censo_da_educacao_superior_2024.pdf. Acesso em: 1 set. 2026.

JORGE, Lucas Alexandre; PIZATO, Elaine Cristina Gardinal; RODRIGUES, Viviane. O atendimento psicoterapêutico de pessoas surdas: desafios e possibilidades da comunicação em Libras. Conhecimento & Diversidade, Niterói, v. 14, n. 34, p. 187-203, 2022. DOI: 10.18316/rcd.v14i34.10311.

LISBOA, Felipe Stephan; BARBOSA, Altemir José Gonçalves. Formação em Psicologia no Brasil: um perfil dos cursos de graduação. Psicologia: Ciência e Profissão, [S. l.], v. 29, n. 4, p. 718-737, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pcp/a/gXB9MC5P7jb3vffbhpyh3yn/abstract/?lang=pt. Acesso em: 1 set. 2026.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). PDA_Dados_Cursos_Graduacao_Brasil [dados abertos]. Brasília: MEC, 2022. 1 arquivo CSV. Disponível em: https://dadosabertos.mec.gov.br/images/conteudo/Ind-ensino-superior/2022/PDA_Dados_Cursos_Graduacao_Brasil.csv. Acesso em: 25 ago. 2026.

ROCHA, L.; CAMPELLO, A. R. A crise da informação na comunidade surda. [S. l.: s. n.], 2025.

THIESEN, Rafaela Perius; NUNES, Asaf Silas. Atendimento psicoterapêutico a pacientes surdos. [S. l.: s. n.], 2025. Disponível em: https://repositorio.camporeal.edu.br/index.php/psico/article/download/646/650. Acesso em: 27 ago. 2026.